

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## ECOTURISMO, GESTÃO PARTICIPATIVA E DILEMAS LOCAIS: UMA ANÁLISE NA APA DO PURAQUEQUARA<sup>1</sup>

Fagno Tavares de Oliveira

Doutorando em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília. Pesquisador do Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, Brasil.

E-mail: [fagnotavares@hotmail.com](mailto:fagnotavares@hotmail.com)

### Resumo

Este artigo apresenta uma análise do contexto da gestão participativa de comunidades locais em uma área de uso sustentável prescrita no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000), no ato de criação, implementação e gestão dessas áreas. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Manaus, estado do Amazonas, em três comunidades ribeirinhas localizadas em uma Área de Proteção Ambiental em processo de implementação. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e utilização da técnica de observação direta intensiva. As comunidades avaliadas foram: Igarapé da Floresta, Santa Luzia e São Francisco do Mainã localizadas no rio Puraquequara. Foram entrevistadas 62 pessoas, realizando levantamento sobre “unidades de conservação, turismo, problemas locais e atuação do governo”. Os resultados obtidos apontam a necessidade de atuação do governo municipal e estadual, na execução de estratégias e planos para o conhecimento sobre áreas protegidas, conservação ambiental e participação local.

**Palavras-chave:** Rio Puraquequara. Espaço local. Turismo.

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta de participação de populações humana, no ato de criação, implementação e gestão de unidades de uso sustentável, surgiu pelos problemas ocorridos com o estabelecimento de unidades de proteção integral, pois em sua vertente, não admite a presença de populações humanas em seu interior. Assim, abriu caminho para debates sobre o problema da “ocupação humana” em unidades de conservação. Que, de acordo com Silveira (2001, p. 02), este modelo de proteção aos recursos naturais por meio da exclusão humana passou a ser duramente criticado pelos conflitos que criara em todo o mundo.

No Brasil, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela lei nº 9.985/2000, assegura a participação das populações locais no ato de criação, implementação e gestão de unidades de

---

<sup>1</sup> Este artigo é originado da dissertação intitulada “Ecoturismo no Rio Puraquequara: Alternativa para a Inclusão Social e Proteção Ambiental”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais da Universidade Federal do Amazonas.

conservação de uso sustentável (Cap. II, art. 5º, Inciso III). “As unidades de uso sustentável têm por objetivo básico, compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (Cap. III, §2º), compreendendo parte de sua área para o desenvolvimento de atividades de extrativismo, educacional, de lazer e turismo.

As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público, mas para sua criação e estabelecimento, necessita de estudos técnicos e de consulta pública. Ainda, o próprio Poder Público tem o dever de passar informações adequadas e de forma clara à população local, para que esta possa compreender o processo a que estão sendo submetidas (SNUC 2000, Cap. IV, art. 22, §§2º e 3º).

Para Kasseboehmer (2007, p. 01),

a criação, implantação e gestão de unidades de conservação no Brasil têm sido na maioria dos casos bastante traumáticos ao longo da história da conservação da natureza no país, visto que, sendo áreas habitadas por populações humanas, a existência de conflitos entre a demanda de conservação ambiental, de desenvolvimento e ao mesmo tempo do anseio individual por melhoria na qualidade de vida se torna praticamente inevitável.

O presente estudo foi realizado em uma Área de Proteção Ambiental - APA em processo de estabelecimento pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus - SEMMA, que faz parte do grupo de unidades de uso sustentável do SNUC, e dentre suas características: Possuir certo grau de ocupação humana; Proteger a diversidade biológica; Disciplinar o processo de ocupação e Assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A necessidade de ações efetivas que possam favorecer a conservação e preservação dos valores ambientais e humanos é um fato atualmente reconhecido. Dentro desta perspectiva este estudo foi realizado, com o objetivo de analisar formas de participação da população local na gestão de uma área de uso sustentável, identificar dilemas e oportunidades de desenvolvimento.

## **2 GESTÃO PARTICIPATIVA, ECOTURISMO E DILEMAS LOCAIS EM ÁREAS DE USO SUSTENTÁVEL**

As iniciativas de co-administração ou co-gestão têm encontrado dificuldades, pois devem superar barreiras culturais profundas, bem como, acomodar prioridades divergentes entre os vários atores de realidades econômicas e políticas distintas (COLCHESTER, 2000, p. 246).

A maioria dos planos de administração conjunta está apenas em papel, pois a falta de participação e atuação do poder público, bem como, necessidade de recursos financeiros e humanos, reflete na baixa participação de comunidades locais neste processo, até mesmo, no seu desestímulo.

A forma de participação das populações locais na implementação de áreas protegidas, dividi-se em estágios:

Até a década de 70 era vista como instrumento para se conseguir a submissão do povo aos esquemas das áreas protegidas; Durante a década de 80, foi definida como interesse na proteção dos recursos naturais; e na década de 90, passou a ser vista como meio de envolver a população no manejo da área (PIMBERT; PRETTY, 2000, p. 196).

Na década de 90, iniciaram-se reflexões e debates de forma clara e consistente sobre a idéia de uso dos recursos naturais, devido à questão da presença de populações humanas residentes no interior e entorno de unidades de conservação, surgindo à proposta do “desenvolvimento sustentável”, isto é, a utilização dos recursos naturais de forma racional por estas populações. Teixeira (2005, p. 52), coloca que, “o desenvolvimento sustentável foi proposto para tentar resolver este impasse, onde os moradores das unidades de conservação estariam subordinados a regras, dentre elas a regulamentação e o controle do uso dos recursos naturais”.

Neste aspecto vale ressaltar o entendimento sobre conservação dos recursos naturais, que é vislumbrada como o manejo do uso de organismos e ecossistemas, com fim de garantir sua perenidade e seu uso de forma adequada, compreendendo proteção, manutenção, reabilitação e restauração.

Nas áreas naturais brasileiras com expectativa de desenvolvimento de atividades como o turismo, agravam-se alguns problemas, e dentre eles se destacam,

a pobreza das comunidades, a necessidade básica das comunidades não resolvidas, a falta de organização comunitária e um processo de gestão concentrador. Esses problemas se refletem sobre a conservação dos recursos, do turismo, da sustentabilidade e do desenvolvimento local (SOUSA, 1998, p. 239).

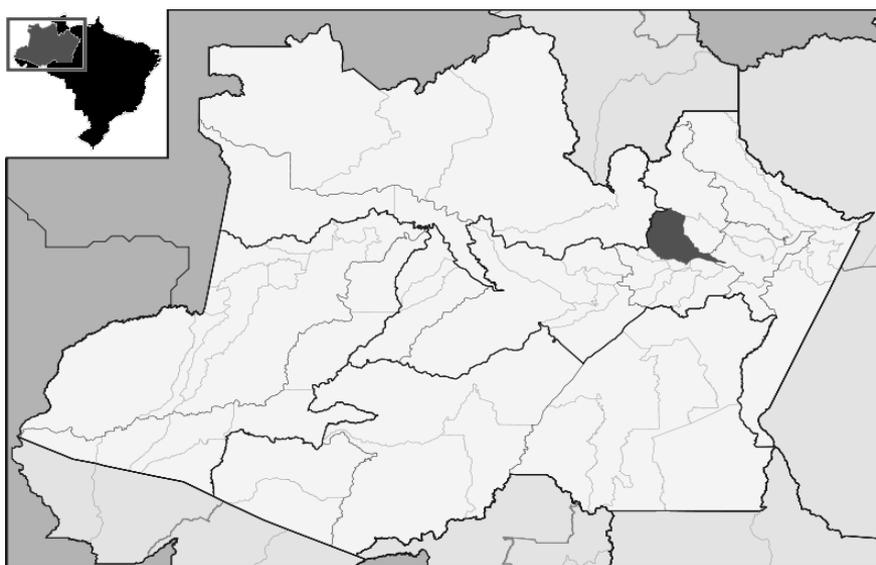
Os recursos naturais são afetados pelas comunidades por não conhecerem o valor da biodiversidade existente ao seu redor, utilizando de maneira inadequada os recursos existentes. Porém, a falta de políticas públicas, que atente para esta inércia e introduza medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida destas comunidades, afeta o desenvolvimento da população local e a conservação e preservação da biodiversidade.

O turismo sustentável e a educação ambiental se configuram como possíveis alternativas para contribuir no desenvolvimento dessas áreas naturais protegidas, sendo o Poder Público o principal incentivador para desenvolver estas atividades.

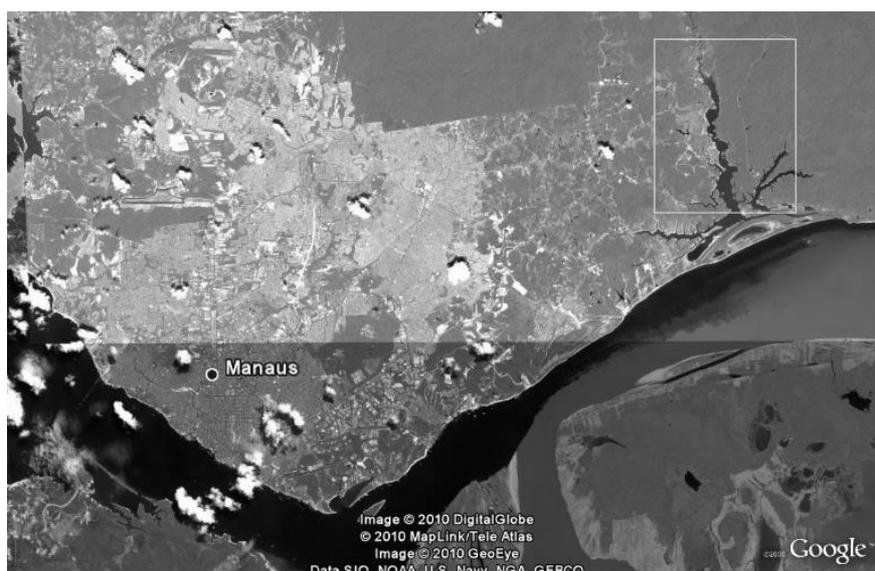
### 3 MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 Área de Estudo

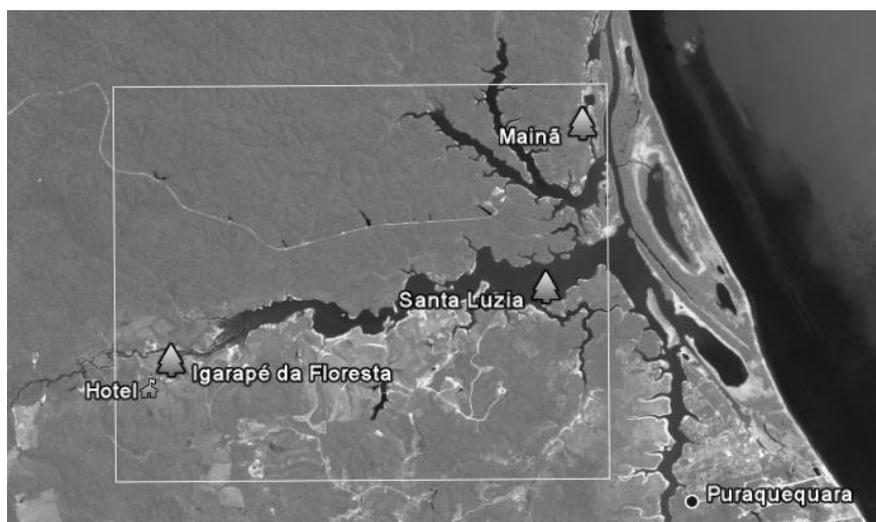
A pesquisa foi realizada na área rural da cidade de Manaus – AM (Figura 1), nas comunidades de Igarapé da Floresta (02°58'52"S e 59°50'05"W), Santa Luzia (03°02'01"S e 59°49'28"W) e São Francisco do Mainã (03°02'20"S e 59°48'04"W), localizadas no interior da Área de Proteção Ambiental do Puraquequara, e dipostas no entorno do rio Puraquequara (Imagem 1 e 2):



**FIGURA 1** - Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.  
Fonte: Wikipédia, 2009.



**IMAGEM 1** - Área pesquisada no Rio Puraquequara  
Fonte: Google earth, 2009.



**IMAGEM 2** – Área de estudo ampliada  
 Fonte: Gps Trackmaker e Google earth, 2009.

### 3.2 Metodologia

A pesquisa foi baseada inicialmente na análise e revisão minuciosa da literatura disponível sobre áreas protegidas, turismo e comunidades locais, com um caráter qualitativo e um perfil exploratório e descritivo. Utilizada a técnica de observação direta e intensiva (observação e entrevista).

As comunidades foram visitadas de forma aleatória durante os meses de maio a setembro de 2008, dependendo da disponibilidade do presidente da comunidade e dos comunitários. As atividades de pesquisa foram realizadas durante os fins-de-semana, com intensa participação e observação dos fatos ocorridos nas comunidades. As atividades compreendiam visita a diversos espaços (laboral, lazer e residencial) da comunidade, identificação do tipo de utilização do ambiente e reconhecimento dos atrativos existentes e realização de entrevista estrutura e semi-estruturada, (avaliadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFAM com o CAEE nº 0204.0.115.000-08). Na tabela 01 é apresentado o número de famílias por comunidade.

**TABELA 01** – Comunidades no entorno do rio Puraquequara

COMUNIDADES	Nº DE FAMÍLIAS
São Francisco do Mainã	27
Santa Luzia	30
Igarapé da Floresta	20
<b>Total</b>	<b>77</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2008)

Na pesquisa de campo optou-se por amostrar a totalidade dos moradores, o que não foi possível, pela ausência de alguns durante a realização das visitas de campo. No entanto, foram entrevistados 62 (80,52%) chefes de

famílias no levantamento de informações sobre área protegida, turismo, problemas locais e atuação do Poder público, distribuídos da seguinte forma 24 em Igarapé da Floresta, 21 em Santa Luzia e 17 em São Francisco do Mainá. Os dados coletados foram tabulados e analisados com suporte do programa Excel 2007.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Áreas Naturais Protegidas e Turismo: Conhecimento Local

À percepção do ambiente local sobre área protegida mostrou ser superficial, pois 77,5% têm uma noção do significado associando-o aos termos “conservar e proteger” a natureza.

A localidade, conforme o Plano Diretor (2002) da cidade de Manaus faz parte de uma área destinada a criação de uma APA, para isto, necessita de estudos e levantamentos para ser decretada como tal, no entanto, questionados sobre este assunto, 51,3% não sabem o que é uma APA, enquanto 48,6% alegaram saber, entretanto foi identificado que não possuem idéia clara do que possa ser e qual sua funcionalidade e objetivos. Ficando nítida a falta de esclarecimento e informação sobre este tipo de unidade de conservação, onde poucos a percebem como uma área que possa ser realizado o uso de forma planejada os recursos naturais existentes.

Na comunidade de São Francisco do Mainá, alguns acreditam estar em uma área protegida, pois, há certa confusão quando se retrata sobre área protegida, devido residirem no interior de uma área pertencente ao Exército, necessitando de esclarecimentos sobre unidades de conservação e demais áreas protegidas.

Aflora entre as comunidades certo desconhecimento, principalmente com a utilização dos termos “proteção e conservação” colocando-os como sinônimos, sem saberem seu real significado e sentido. Caracterizando a falta de participação no processo de estabelecimento da APA e de estratégias de conservação na localidade, fazendo jus a assertiva de Diegues (2000, p. 43) na elaboração de estratégias de conservação, essas populações não somente devem ser ouvidas, como devem dispor de poder deliberativo nos órgãos de decisão, o que raramente acontece em países como o nosso.

Avaliado o conhecimento das comunidades sobre área de uso sustentável, nas três comunidades, a maioria (58%) desconhece o que seja esta unidade, e 42% declararam ter algum conhecimento. As informações colhidas fazem menção ao “uso da terra ou do local”, de forma que promova o seu sustento, atenda seu principal anseio “subsistência”. Fica evidente a falta de esclarecimento e informação perante o que seja uma área de uso sustentável por parte do órgão responsável pela inserção e gestão da APA.

Quanto à questão do turismo na localidade, os resultados denotam várias percepções vinculadas ao fator turístico, porém com enfoque em sua

maioria difuso ou indireto. Sendo comum, retratarem o turista como “pessoa que vem conhecer, visitar, viajar, fonte de renda”.

O turismo é explorado na localidade e a comunidade mais afetada com a atividade é Igarapé da Floresta, por localizar-se no entorno de um Hotel de Selva que desenvolve a atividade, havendo visitas rápidas a estes, geralmente: ao roçado, a produção de farinha, conhecer o dia-a-dia do ribeirão, árvores (espécies nativas), casas dos moradores, frutas, animais e plantas (medicinais e de uso culinário).

A comunidade de São Francisco do Mainã explora indiretamente a atividade, possuindo uma infra-estrutura regular para receber os visitantes e alguns atrativos. Os atrativos/atividades desta comunidade perfazem: caminhada por trilha, onde ocorrem exposições sobre as espécies florestais e medicinais da região; apresentação de técnicas de caça utilizadas pelo caboclo e um mirante onde se pode vislumbrar um cenário de ilhas fluviais e o encontro das águas do Rio Negro e Solimões, um viveiro de peixes, onde o turista pode realizar pescaria. Há certo descontentamento com os hotéis instalados na região, por não realizarem atividades na comunidade.

Em Santa Luzia, os comunitários relataram haver a prática do turismo, mas que este é explorado apenas pelo Hotel de Selva instalado na localidade, ficando a cargo deste apresentar o local.

Apesar de ocorrer à exploração da atividade de turismo na região do rio Puraquequara, não há qualquer tipo de parceria estabelecida com as comunidades. Mas, há um nível de relacionamento bom das comunidades com a atividade, principalmente por “gerar emprego e renda; pelos turistas conhecerem a realidade local e trazer benefícios”.

Poucas são as pessoas que se beneficiam com o turismo, principalmente parte dos moradores da comunidade Igarapé da Floresta, que são mão-de-obra absorvida pelo estabelecimento hoteleiro, sendo o empreendimento apontado como o grande beneficiário. Quanto à participação das comunidades na execução da atividade, em Igarapé da Floresta e Santa Luzia, são apenas coadjuvantes no processo e não sujeitos, representando muitas das vezes, junto aos recursos naturais, “objetos ou fatores” de curiosidade sem terem retorno econômico e social. Somente na comunidade de São Francisco do Mainã, houve um planejamento dos comunitários para definição de execução de tarefas durante a atividade, sendo envolvida uma pequena parcela de moradores.

A expectativa quanto ao desenvolvimento do turismo na localidade é percebida como boa pelas comunidades, e, para os comunitários, poderá em um primeiro momento favorecer a geração de renda, ficando em segundo plano a conservação da natureza. Neste aspecto, as comunidades anseiam por algo que lhes proporcionem retorno financeiro e melhorias na atual condição que se encontram e no turismo vêem esta possibilidade.

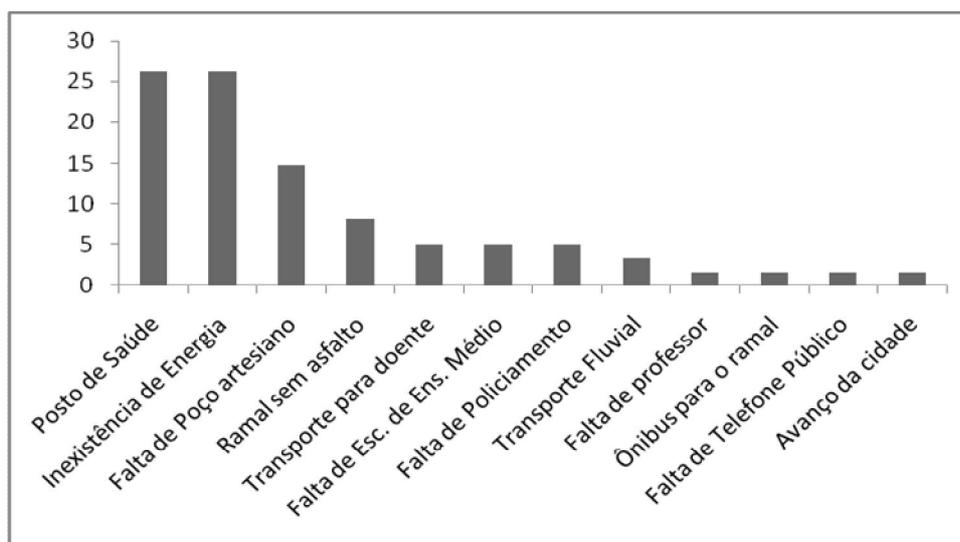
O ecoturismo poderá ser um dos meios para se conciliar o desenvolvimento local atrelado à conservação do ambiente. Entretanto, há a necessidade de capacitação das pessoas interessadas em desenvolver esta atividade, conhecer seus preceitos e objetivos, e o envolvimento com as

questões referentes ao ambiente conservado. Pois, o turismo é dependente da qualidade dos recursos naturais para sua perpetuação, que é afirmada por Ruschmann (2004, p. 19): “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último se constitui a matéria-prima da atividade”.

Neste aspecto, tem função importante o planejamento e gestão para a evolução qualitativa da atividade, de forma a contribuir para a conservação e preservação, e atente para as necessidades de um desenvolvimento local mais participativo das populações humanas que residem nessas áreas com características para a exploração e execução do ecoturismo. No entanto, a participação ativa dos comunitários, através da organização da comunidade, é necessária para a melhoria de sua atual condição, pois de forma organizada terão mais facilidades para participar dos debates e de tomar decisões sobre propostas e estratégias de conservação, preservação ambiental e de desenvolvimento local. Pimberty e Pretty, reforçam tal aspecto,

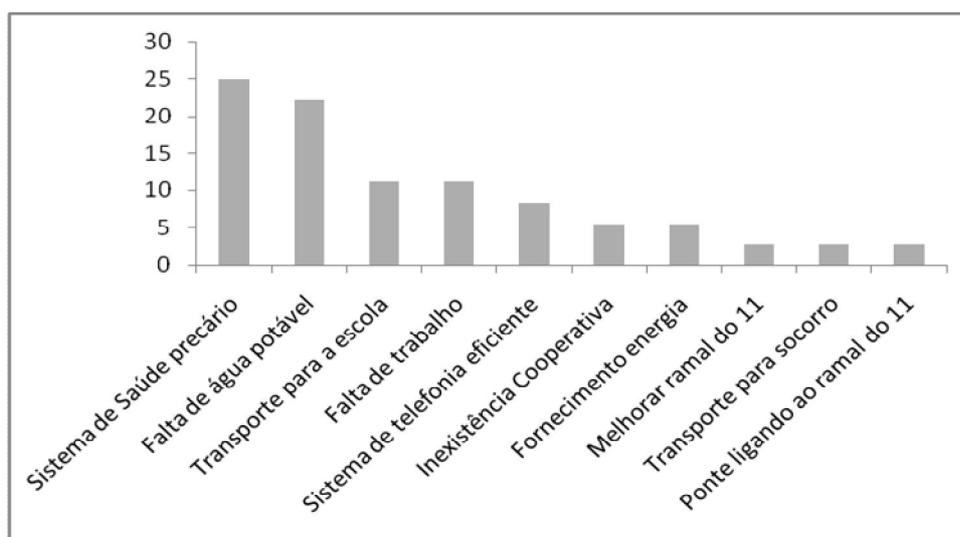
se as comunidades locais realmente participassem das etapas de planejamento, implementação e manutenção de projetos desenhados para promover saúde, moradia, instalações sanitárias, abastecimento de água e atividades geradoras de renda (como o turismo), então os resultados serão provavelmente mais sustentáveis e efetivos (PIMBERT; PRETTY, 2000, p. 207).

Os aspectos vividos por estes entrevistados no cotidiano mostram a existência de conflitos e o anseio pela melhora nas condições atuais de vida, a busca de alternativas que saiam do papel e sejam transformados em ações concretas. O que é evidenciado em cada comunidade, apresentados nos Gráficos 1, 2 e 3.

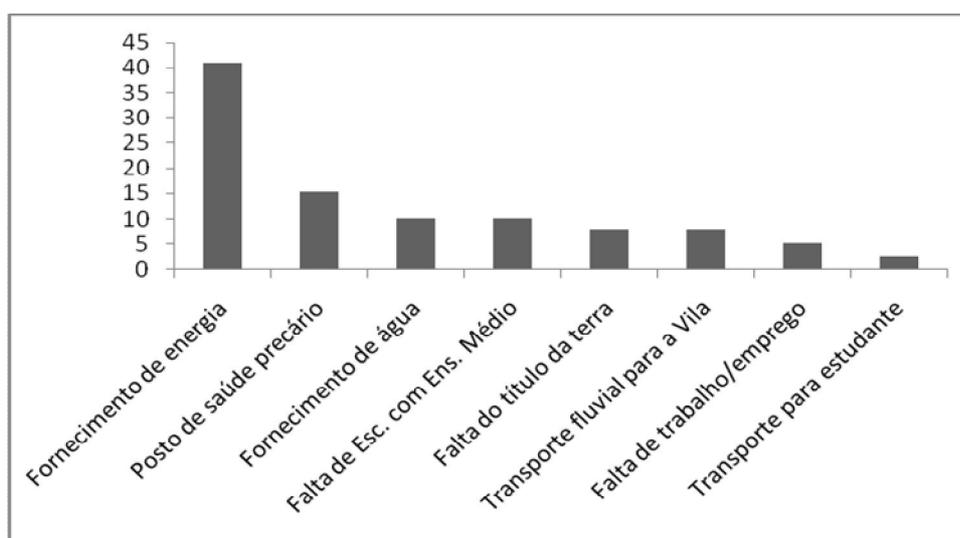


**GRÁFICO 1** - Problemas elucidados na Comunidade Igarapé da Floresta (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



**GRÁFICO 2** - Problemas elucidados na Comunidade Santa Luzia (%)  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



**GRÁFICO 3** - Problemas elucidados na Comunidade São Francisco do Mainã (%)  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

As comunidades, conforme os dados constatados nos Gráficos 1, 2 e 3, possuem problemas de infra-estrutura básica, o que os deixam descontentes com a forma de atuação dos governos municipal e estadual, ainda mais por residirem na capital do Estado.

Dentre os principais problemas estão: Fornecimento de energia 72,7%, Serviço de saúde 66,6%, fornecimento de água 47,1% e Educação de ensino médio 26,2%. Em Igarapé da Floresta e São Francisco do Mainã o fator energia elétrica são tidos como emergencial, pois ocorreram ações para o fornecimento desta na localidade. Porém, não contam com este serviço apesar dos trabalhos realizados de colocação de postes e fiação no Mainã (Foto 1) e abertura de vicinal para alocar os postes em Igarapé da Floresta.



**FOTO 1** – Rede elétrica ao fundo na Com. de São Francisco do Mainã  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os problemas no sistema de saúde na localidade também foram muito elucidados pelas comunidades, como precário, pois atende as comunidades ribeirinhas, um único dia da semana, para atendimento de clínica geral e de baixa complexidade. Para atendimentos mais complexos os comunitários se deslocam para o centro urbano da cidade.

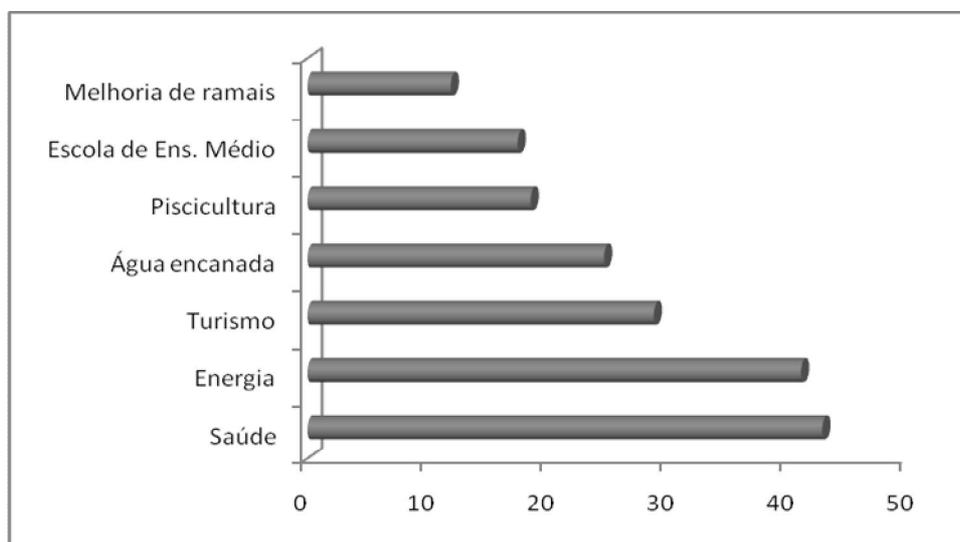
O nível de atuação do Poder público na localidade é superficial, de certa forma a prefeitura tem mantidos ações com a manutenção do ensino fundamental e do posto de saúde, alguns casos são relatados ações do governo estadual, através do agente de saúde na prevenção de malária e dengue. Entretanto, a atuação de membros dos governos estadual e municipal na localidade é um paradoxo de vésperas de eleições, na qual sua presença é freqüente.

No processo de planejamento de atividades para o local, os moradores gostariam que na localidade fossem inseridos e desenvolvidos projetos, que promovam sua interação para o desenvolvimento local, apresentado no gráfico a seguir.

No Gráfico 4, fica evidente o anseio dos comunitários pela melhoria da infra-estrutura básica, bem como, o desenvolvimento de atividades que promovam a geração de emprego e renda, no caso do turismo e da piscicultura. Entretanto, a desorganização e os diversos interesses individuais envolvidos, como falta de participação dos próprios comprometem a busca por melhorias locais. Rochadelli *et. al.* (2008, p. 423) destaca que

as comunidades organizadas têm mais facilidades para encontrar os canais de participação. O contrário também é verdadeiro, isto é, pessoas que não fazem parte de uma

organização social encontram mais dificuldade para se expressar, seja pela falta de prática, seja pela falta de confiança.



**GRÁFICO 4** - Sugestões para desenvolvimento local (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

## 5 CONCLUSÕES

A participação e envolvimento das populações locais no processo de planejamento e gestão, referentes à criação de unidades de conservação, deve ser considerado fundamental para a conservação e proteção do meio ambiente.

A fraca participação das comunidades residentes no entorno do rio Puraquequara e falta de atuação do Poder público comprometem a definição e execução de propostas para a preservação e conservação do espaço natural, de ações voltadas para o ambiente, melhoria da infra-estrutura e qualidade de vida local. A realização de oficinas e/ou discussões participativas poderiam contribuir para a melhoria da participação local e envolvimento com as questões ambientais.

As deficiências na infra-estrutura básica, como falta ou insuficiência de energia elétrica, água potável, transporte, educação e saúde, vem a dificultar qualquer ação do governo e principalmente no desenvolvimento do turismo.

A criação de uma área protegida no Puraquequara é bem aceita pelos comunitários, como forma de proteger os seus interesses, capaz de trazer benefícios e manter a segurança contra invasão.

A falta de recursos humanos e financeiros para o estabelecimento e planejamento da APA do Puraquequara, está a mercê de políticas públicas municipal, resultando na ineficiência de seu estabelecimento, bem como, a conservação e proteção dos recursos naturais nesta área.

O turismo pode contribuir para a conservação e proteção da biodiversidade e o desenvolvimento regional sustentável em consonância com as comunidades, sendo o segmento ecoturismo alternativa viável para a

localidade. O plano de ação ecoturístico é um instrumento de grande importância para a utilização econômica do local de forma planejada em consonância com a proteção da natureza.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela disponibilização de Bolsa de estudos.

Ao Programa de Cooperação Acadêmica – PROCAD UFAM/UFPR.

### **ECOTOURISM, PARTICIPATIVE GESTION AND LOCAL DILEMS: A DIALOGUE IN THE APA OF PURAQUEQUARA**

#### **Abstract**

*This article realizes an analyze of the context of participative management in local communities in area of sustainable use prescribed in "Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza" (SNUC, 2000), in the act of creation, implementation and management of these areas. The research was developed in the city of Manaus, Amazonas state, in three rivulet communities located in an area of environment protection in process of implementation. The methods used consisted of bibliographic review and use of intensive direct observation. The evaluated communities were: "Igarapé da Floresta, Santa Luzia e São Francisco do Mainã" located at Puraquequara river. 62 people were interviewed, doing a survey about conservation units, tourism, local problems and government actions. The results achieved point a necessity of municipal and state government acting, in the execution of strategies and plans to know protect areas, environment conservation and local participation.*

**Keywords:** Puraquequara river. Local space. Tourism.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Estado do. **Lei nº 671, de 04 de novembro de 2002.** Regulamenta o Plano Diretor Urbano e Ambiental, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus. Prefeitura Municipal de Manaus. Manaus, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

COLCHESTER, M. Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Hucitec: USP, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações, 2000.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos In: DIEGUES, A. C. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Hucitec: USP, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações, 2000.

KASSEBOEHMER, A. L. **Restrições e Impactos da Legislação Aplicada no Município de Guaraqueçaba – Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007. Dissertação (Engenharia Florestal). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec: USP, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações, 2000.

ROCHADELLI, R; SANTOS, A. J; MILDER, L. I. D; SCHNEIDER, A. V. Análise da Percepção da Comunidade Local e da Participação Popular no Processo de Criação de Unidades de Conservação. **Revista FLORESTA**, v. 38, n.3 (jul/set). Curitiba, PR. 2008.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. CAMPINAS, SP: Papirus, 11ª. Ed. 2004.

SILVEIRA, P. C. B. **Parks in Peril: People, Politics and Protected Areas**. Ambiente & Sociedade (resenha), 2001.

SOUSA, C. A. A. Ecoturismo e Envolvimento Comunitário. In: VASCONCELOS, F. P. (Org.) **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

TEIXEIRA, C. O Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20 n. 59, p. 51-66, out. 2005.

Artigo recebido em 17/02/2011. Aceito para publicação em 28/05/2011.